

VISÃO DO CORREIO

Abordagem policial deve respeitar os direitos humanos

No próximo dia 29, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) lançará um canal exclusivo para receber denúncias de violência policial. De acordo com a nota divulgada pelo Ministério Público do DF, tortura, lesão corporal, importunação sexual, abuso de autoridade, invasão de domicílio, injúrias real e racial, racismo religioso, injúria homofóbica, furto, concussão e constrangimento ilegal estarão no foco do novo canal, cujo objetivo é conter as agressões policiais.

Em Minas Gerais, os dados indicam queda na criminalidade. Mas apontam que o comportamento dos agentes de segurança nas abordagens de suspeitos é agressivo. Os cidadão reclamam a necessidade de uma reeducação dos policiais, para que a violência desproporcional não seja uma marca das corporações responsáveis pela segurança pública.

A iniciativa do MPDFT objetiva conter a violência nas abordagens dos policiais a grupos e pessoas suspeitos ou autores de alguma infração penal. Na maioria das vezes, durante uma operação, os policiais exacerbam as funções do cargo e ignoram que estão lidando com seres humanos, sejam eles criminosos ou não. Possíveis ações intimidatórias das forças de segurança pública, medo de represália e descrença no sistema explicam o fato de 90% das pessoas atendidas pela Defensoria Pública do DF terem desistido de levar adiante as investigações sobre o comportamento dos policiais.

O infrator, por mais grave que seja o crime cometido, tem direitos que não podem ser ignorados. Tanto no DF quanto em outras unidades da Federação, a regra não é cumprida como deveria. Se fosse diferente, cidadãos sentiriam-se seguros para apontar falhas

no atendimento dos agentes de segurança, o que ajudaria o poder público a elevar a qualidade do serviço prestado à comunidade.

Segundo o Anuário da Segurança Pública 2025, os dados do ano passado, revelam que na última década (2014-2024), 60.394 pessoas foram vítimas da violência policial no país, em legítima defesa ou em embates com grupos criminosos. No ano passado, 6.243 foram mortos por uso desproporcional da força policial no país. Apesar do motivo causar revolta tanto aos familiares das vítimas quanto aos cidadãos de modo geral, há de se considerar o estado de saúde mental dos policiais, algumas vezes, extremamente desequilibrado.

Para os especialistas, trata-se de questão que precisa estar entre as prioridades dos gestores das políticas de segurança pública. A instabilidade emocional é um dos fatores que afetam o comportamento das pessoas, principalmente quando o seu trabalho implica riscos à vida. Em 2024, ocorreu um aumento de 14% nas mortes de agentes de segurança, por motivos intencionais (169) e por suicídios (126). Se descontrole pode ser um dos motivos do abuso de autoridade, ele precisa ser contido para evitar que os direitos humanos dos cidadãos, em quaisquer situações, sejam desprezados e consolide o descrédito da sociedade nos serviços de responsabilidade exclusiva do Estado.

Inegável a importância de um canal para reclamações dos cidadãos que se sentiram ofendidos nas abordagens policiais. Mas, igualmente, é essencial que a saúde emocional dos agentes receba cuidado para que a relação com os cidadãos seja respeitosa, como determinam às regras estabelecidas pelos órgãos de segurança pública e a legislação vigente.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Empenho contra a fome

Dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas (ONU), o de número 2 visa acabar com a fome e a desnutrição até 2030, garantindo que as pessoas, especialmente crianças, tenham alimentos suficientes durante todo o ano. O Brasil é signatário dos ODS, assim como outros 192 países.

A meta é ambiciosa — alguns diriam até utópica —, mas, aqui no Brasil, retomamos o caminho de combate à fome e estamos avançando contra esse flagelo. Em 2024, 2,2 milhões de lares saíram da insegurança alimentar, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), divulgada pelo IBGE na semana passada. Um recuo de 27,6% para 24,2% entre 2023 e 2024.

De acordo com o levantamento, os três níveis de insegurança alimentar caíram no país nesse período: a leve foi reduzida de 18,2% para 16,4%; a moderada, de 5,3% para 4,5%; e a grave, de 4,1% para 3,2%. O IBGE classifica a insegurança alimentar leve como a preocupação ou a incerteza quanto ao acesso a alimentos e a redução da qualidade deles para não afetar a quantidade; a moderada, como a falta de qualidade e a redução na quantidade de alimentos entre adultos; e a grave, como a falta de qualidade e a redução na quantidade de alimentos, atingindo, inclusive, crianças e adolescentes.

Os dados do IBGE foram divulgados menos de três meses após a FAO/ONU anunciar que o Brasil saiu novamente do Mapa da Fome — reflexo de medidas como Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos e melhora no mercado de trabalho. O país já tinha deixado essa lista sombria em 2014, mas retornou em 2021, "após a mudança nas prioridades das políticas públicas e pelos impactos da pandemia da covid-19", como destacou Jorge Meza, representante da FAO no Brasil, em artigo no jornal *O Estado de S. Paulo*, em agosto passado.

Mesmo com o enfrentamento à fome como uma das prioridades do atual governo, ainda havia 6,48 milhões de pessoas, em 2024, atingidas por essa calamidade. O número — embora signifique o menor nível de brasileiros nessa situação desde 2004 — é absurdamente alto. E torna-se inaceitável em se tratando de um país que figura entre os principais produtores de alimentos do mundo.

Mas estamos vendo progressos, sim, porque há vontade política e ações coordenadas; um empenho, de fato, para mudar esse panorama, o que não havia no passado recente. Isso nos dá esperança de, enfim, alcançarmos a segurança alimentar no nosso país. Se não até 2030, ao menos o mais próximo possível disso.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Bebidas adulteradas

Ao acompanhar as notícias sobre a falsificação de bebidas, percebe-se que o descarte inadequado de garrafas vazias é uma de suas principais fontes. Nas chamadas "baladas", a venda de cervejas em garrafas long-neck é unânime, com preços significativamente superiores aos cobrados pelas garrafas de 600ml. Se o descarte de garrafas de destilados já é um fator preponderante para a falsificação, o que se pode esperar da gigantesca quantidade de garrafas long-neck descartadas diariamente? A resposta é simples: a falsificação.

» **Marcus A. de Carvalho**
Santos (SP)

Sucessão 1

Mais uma vez, prevalece o estatuto do Clube do Bolinha, onde mulher não tem vez. Homens velhos e políticos profissionais reuniram-se para discutir quem ocupará a vaga aberta, no Supremo Tribunal Federal, pelo ministro Luis Roberto Barroso, que antecipou sua aposentadoria. A discussão ficou em torno de dois nomes masculinos: atual procurador-geral da República e o então presidente do Congresso, que, até pouco tempo atrás, pretendia disputar o governo de Minas Gerais. Em nenhum momento foi cogitada a possibilidade de uma mulher, com relevante saber jurídico, ser indicada para a Alta Corte. Interessante que, diante das telas de tevê, nas redes sociais, nas entrevistas às emissoras de rádio e nos palanques pré-eleitorais os integrantes das cúpulas dos Poderes da República fazem um longo (e falso) discurso em defesa da equidade de gênero. É em um momento como a atual que constatamos a falsidade das palavras e das promessas, apagadas ou sufocadas pelo arcaico imperador conhecido como Machismo.

» **Walquíria Santos Cruz**
Jardim Botânico

Sucessão 2

Abre-se uma vaga no Supremo Tribunal Federal e os critérios, que estão orientando a escolha do novo ministro, segundo divulga a imprensa, são a conveniência política, as relações de amizade, a fidelidade, a raça ou o sexo em vez da competência, da seriedade, da retidão, da isenção e da respeitabilidade. Isso ocorre, porque a Constituição de 1988 criou um

conluio inescapável: os ministros do Supremo Tribunal Federal são escolhidos pelo Executivo e aprovados pelo Legislativo, no caso o Senado. Como são humanos é impossível que o nomeado não se sinta agradecido a quem o indicou e obrigado a atender conveniências de quem o aprovou. Isso cria uma verdadeira irmandade entre os três Poderes, o que vem sendo chamado Sistema, no qual todos se entendem entre si e um protege o outro. Para total independência dos ministros, o acesso à Suprema Corte deveria ser feito por meio de concurso de títulos entre magistrados com pelo menos dez anos de exercício, sem filiação partidária nem militância política, de conduta ilibada, que só falessem nos autos e por um período de dez anos. Essas condições lhes dariam independência por terem conquistado a nobre função por méritos próprios, o que lhes garantiria liberdade para julgar conforme a lei, a razão e o equilíbrio, afastando gratidões e retribuições ou idiossincrasias, próprias da natureza humana.

» **Roberto Doglia Azambuja**
Asa Sul

Novo PNE

Ao utilizar como paradigma os resultados de outras nações, torna-se evidente que o único caminho verdadeiramente transformador é o foco na educação. Há um motivo legítimo para certo otimismo com o parecer do Projeto de Lei 2.614/2024 (novo Plano Nacional de Educação - PNE). Espera-se que o Congresso Nacional atue com celeridade e responsabilidade. Temos muito a evoluir nesse tema, especialmente ao considerar as peculiaridades de cada município deste país continental. O ponto a ser comemorado está centrado em uma palavra-chave que, se tratada com a devida seriedade, pode fazer toda a diferença: refiro-me à clara ênfase na equidade. A pauta da educação não deve ser conduzida como política de governo — voltada a resultados eleitorais de curto prazo —, mas sim como uma política de Estado, com metas de médio e longo prazo (10 a 20 anos). Precisamos romper com o círculo vicioso das "bolhas" do "nós" contra "eles" e debater, com resiliência, o que realmente importa: educação aliada à cultura, ao esporte e à inovação. Aproveito a oportunidade para parabenizar todos(as) os(as) que se dedicam a educar para transformar.

» **Daniel Cunha**
Águas Claras

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Crime da 113 Sul: os únicos sem direito a nenhum tipo de recurso são as vítimas.

Abraão F. do Nascimento
Águas Claras

Um jovem inocente ficou encarcerado por 15 anos. Quem vai indenizá-lo pelo tempo de vida perdido entre as grades?

Ricardo Silva — Asa Norte

Os deputados são uma comédia. Para quem cumpre a lei ou exige que ela seja cumprida, eles propõem impeachment. Mas para os bandidos, lutam por anistia. É uma vergonha!

Arthur Miranda — Sobradinho

Incompreensível. Tudo que favorece à sociedade, principalmente os pobres, irrita os deputados e senadores. Que Congresso é esse?

Eduardo Souza — Águas Claras

Trump autoriza ataques terrestres contra a Venezuela.

Percebe-se que o objetivo é destruir o poder de Maduro. Acabou a guerra em Gaza, como viver sem uma matança, não é?

José Pedro Oliveira — Cruzeiro

CORREIO BRAZILIENSE

*“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”*
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES	
			(promocional)	
Assine				
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.				
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie				
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp				
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1588.
E-mail: adpress@dabr.com.br Site: www.udapress.com.br